

FORUM

14. A EUTANÁSIA COMO FENÓMENO SOCIAL*

A eutanásia, tema que tem, na actualidade, concitado uma atenção particular, reveste-se de um indiscutível carácter social, quando relacionada com o tipo de sociedade em que ocorre. É também nesta perspectiva que pode ser abordada pela sociologia, ciência que se ocupa da análise dos sistemas sociais e dos universos de representação em que se desenrola a vida dos homens.

A prática da eutanásia não é um fenómeno dos nossos dias. Nas sociedades do passado, é igualmente conhecida. Na *República* de Platão, assim como na *Utopia* de Tomás Morus ou no *Novum Organum* de Francisco Bacon, os médicos não cuidam dos incapazes. Destas cidades idealizadas, são removidas todas as formas de desordem. Não encontra lugar, nas utopias-ucronias, tudo o que perturba o equilíbrio estabelecido por um poder sapiente. A defesa desta mesma ideia reaparece em tempos mais recentes em autores como F. Nietzsche⁽¹⁾. E não se trata unicamente de um tema caro aos intelectuais. Mesmo entre nós, nas próprias comunidades tradicionais, eram consentidos os «abafadores», homens «encarregados de abreviar as penas deste mundo», de que falam alguns dos nossos escritores, nomeadamente Miguel Torga. Sempre que os homens, na actualidade, dão aprovação à eutanásia, fazem actuar, consciente ou inconscientemente, a utopia de uma vida feliz, ao abrigo de toda e qualquer perturbação.

* Comunicação apresentada ao Colóquio Interdisciplinar sobre «A Vida: Direito e Dever», promovido pela Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 7 e 8 de Abril de 1989.

(1) Platão, *A República*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972; Tomás Morus, *A Utopia*, Lisboa, Guimarães Editores, 1972; F. Bacon, *Novum Organum*, Madrid, Nueva Biblioteca Filosófica, 1933; F. Nietzsche, *Le Crépuscule des Idoles*, Paris, Gallimard, 1974; Miguel Torga, *Novos Contos da Montanha*, Coimbra, 1988, pp. 15-24.

A sua ocorrência tem, no entanto, a ver com a forma como a sociedade se configura, sobretudo com o modo como se produz e se reproduz. Esta dimensão social da eutanásia toma, de imediato, o seu relevo quando comparada com outro fenómeno, o suicídio, que se lhe assemelha em algumas das suas expressões. Considerado, à primeira vista, como um facto meramente individual, o suicídio apresenta as suas verdadeiras características quando analisado em referência à coesão dos grupos. Tem sido estudado, na realidade, pela sociologia ⁽²⁾, como uma função de certos estados sociais ou como um produto de uma dada estrutura societal. Se a integração é máxima, dá-se o suicídio altruísta. Se, ao contrário, os grupos sociais se apresentam enfraquecidos, com um baixo grau de coesão e de integração, a tendência será, então, para o suicídio egoísta ou anómico.

Na demonstração a que vamos proceder, procuraremos adoptar uma perspectiva que enfoque a eutanásia como um fenómeno social. Deixamos de lado as abordagens ética, jurídica e médica, para nos concentrarmos sobre as profundas transformações em curso nas sociedades modernas, mudanças que, por toda a parte, conduzem à sua crescente legitimação. Tal prática está, na verdade, a ser progressivamente introduzida no mundo ocidental, com a alteração, neste particular, dos tradicionais padrões culturais de conduta.

Se a eutanásia encontra hoje em dia uma certa aceitação é porque a morte perdeu o lugar que ocupava no passado. A significação desta é, em qualquer época histórica, correlativa do sentido que se atribui à vida. Vida e morte aparecem, no decurso do tempo, estreitamente relacionadas. A alteração de uma destas variáveis afecta imediatamente a outra.

Ora a morte aparece, nas sociedades tradicionais, no centro da existência. Tal centralidade inscreve-se no próprio espaço que o homem habita e manifesta-se em diversas simbologias. Durante muito tempo, de facto, a igreja e o cemitério situavam-se no interior da comunidade. A recordação do drama da morte era avivada permanentemente por estas imagens que quotidianamente perseguiram os indivíduos nos seus caminhos da vida. Estas duas dimen-

⁽²⁾ E. Durkheim, *O Suicídio*, Lisboa, Editorial Presença, 1977; Roland Pressat, *Démographie Sociale*, Paris, PUF, 1978, pp. 45-62.

sões eram mesmo assumidas simbolicamente. Em fins da Idade Média, realizavam-se, com frequência, as «danças da morte», festas de cariz igualitário em que todas as pessoas, qualquer que fosse o seu *status* social, assumiam, por momentos, a mesma condição perante a morte e o destino último. Associando-se a vida e a morte, obtinha-se, na ordem da representação simbólica, o que não era possível realizar na estrutura social. Por outro lado, a longevidade apresentava-se bastante curta. A criança, desde tenra idade, partilhava naturalmente este drama vivido pela sociedade, assistindo ao espectáculo dos sucessivos falecimentos em família e na aldeia. Os próprios funerais, como acontecia ainda recentemente entre nós, eram acompanhados por Bandas de Música, dando-se, por vezes, a possibilidade a cada um de escolher a composição que gostaria que fosse executada. A ideação colectiva encontra sempre a sua representação própria. Esta representação produz, por sua vez, a ritualização adequada, constituída em poderoso meio de controlo de realidades que escapam ao homem. Não admira, por isso, que o imaginário individual e colectivo seja povoado de funerais e lutos constantes. Estabelecia-se assim uma intimidade com os mortos, vivida de múltiplas formas pela comunidade.

A mudança das estruturas sociais e dos esquemas mentais operada nas sociedades modernas veio alterar profundamente essa situação. Recusando todo o contacto com a morte, o homem actual volta-se exclusivamente para a vida. Os cemitérios são transferidos para as zonas periféricas das aglomerações, poupando-se assim aos homens a sua visão perturbadora. Por sua vez, o aumento da longevidade, a precoce emancipação dos jovens e a sua residência em separado e mais ou menos distante fazem com que a morte dos progenitores e de outros familiares seja igualmente sentida como um acontecimento episódico e distante. Ela tende a ocorrer, de preferência nos hospitais, fora da trama normal da existência, deixando de ser, desse modo, um evento dramaticamente testemunhado. A constituição da família nuclear, com o desaparecimento dos agrupamentos extensos em que se desenrolava a vida, e a dimensão exígua das habitações tornam incómodos ou inconvenientes tanto o cuidado dos doentes como a vigília dos mortos, do mesmo modo que a circulação urbana difícil proíbe os cortejos fúnebres. A morte não é dada actualmente em espectáculo. A sociedade moderna foi correlativamente destruindo pouco a pouco todas as simbologias com ela relacionadas como, por exemplo, o luto.

O hedonismo, reinante, a perda dos valores absolutos e o acaso das religiões tiram todo o sentido à imagem e à ideia da morte. A sua proscricção do convívio humano encontra a sua expressão na sua erradicação do espaço habitado, dos sistemas sociais e dos universos simbólicos.

Um outro fenómeno é contemporâneo das mudanças que acabamos de esboçar. A sociedade tem-se desenvolvido no sentido da universalidade. Este progresso para o universal é, no entanto, acompanhado igualmente das mais diversas separações e discriminações. Múltiplas segregações marcam as sociedades de hoje, tanto raciais como sociais. A tendência é para rejeitar tudo o que se apresenta com características de patológico, quer se trate de anomalias congénitas, quer de anormalidades adquiridas, quer de diminuições ou limitações à pujança da vida. Estas são também formas de pôr a existência ao abrigo de qualquer ameaça. A exclusão da morte e dos mortos não é mais do que o modo mais extremo e radical de segregação do que se apresenta como desumano ou sub-humano.

Enquanto, portanto, os conceitos de homem e de humanidade se alargam, com o desaparecimento das comunidades tradicionais e por força dos factores referidos, cada um fica só diante da morte. Com o individualismo crescente, aquela é desalojada da esfera social e colocada no mero plano pessoal, como drama que cada um tem que viver. Porque se tornou, deste modo, mais angustiante, a tendência é para a sua denegação. Tudo se passa como se ninguém morresse. Os seus vestígios são apagados e a sua ocorrência é feita de forma que menos perturbe o ritmo quotidiano.

Voltadas para a vida, as sociedades modernas esconjuram a morte do seu universo de representação. Mas, centradas sobre a existência, tais sociedades aparecem, de forma paradoxal, como mortíferas. As próprias condutas desviantes tendem, em consequência disso, a perder as suas estruturas de apoio. Nomeadamente a terceira idade é vista como um peso insuportável para a economia social. O culto que o mundo actual presta à juventude e ao progresso faz com que a velhice e a morte sejam esquecidas e percam as suas referências simbólicas ligadas aos grupos. Ao lado dos delinquentes e criminosos, dementes e incuráveis e todos os inúteis e indesejáveis, também a velhice pertence à ordem da não rentabilidade e da marginalidade.

É de acordo com esta perspectiva mais ampla que nos parece deve ser abordada a eutanásia. Ao colocar a morte no centro do seu espaço habitável e do seu mundo de representações, o homem, no passado, fazia com que ela fosse lembrança permanente do sentido da vida, colocando-o perante situações-limite. Face hoje a uma morte inevitável que se recusa, a tendência será para a sua negação e apagamento.

Tanto as sociedades tradicionais como as modernas levantam, no entanto, embora de formas diferentes, impérios sobre o controlo da morte. No passado, quem exercesse hegemonia sobre ela, dominava igualmente a vida. Sobre a morte se constituíram poderes hierocráticos e sociais⁽³⁾. A dominação estendia-se ao conjunto da sociedade, a partir da vigilância que se exercia sobre a morte. Actualmente o movimento dá-se em sentido oposto. Levantando alteres e oferecendo sacrifícios ao mito da juventude e da vida, os poderes sociais e políticos estendem a sua tutela às mais diversas expressões da actividade humana, nela incluindo a sua origem e o seu fim.

A introdução da eutanásia nas sociedades modernas é, de facto, a expressão do grau de concentração e de extensão de dominação.

Ela traduz, de facto, antes de mais, a afirmação de alguns poderes sociais, na medida em que manifesta a transferência para os grupos da capacidade de intervir no curso da vida, limitando mesmo a sua duração. As famílias e outros agrupamentos, (lares de terceira idade e outros tipos de comunidades), poderão não se limitar a suportar passivamente a morte, relegando-a para zonas de periferia. Eles correm o risco de a controlar de forma activa, privando-a da sua significação e do seu carácter de apelo à solidariedade humana, sem a qual o equilíbrio social é posto em causa.

A prática da eutanásia acelera ainda a transformação da instituição hospitalar, criada para prestar os cuidados de saúde, em agência que assegura a gestão da morte. Uma vez que a maior parte das pessoas passa a morrer no hospital, de forma solitária e escondida, os profissionais da saúde convertem-se facilmente em executores da morte. É sintomático que a eutanásia social e económica tenha sido tão entusiasticamente defendida pelos partidários

(3) Jean Baudrillard, *L'Échange Symbolique et la Mort*, Paris, Gallimard, 1980, pp. 197-201.

da declaração de Harvard, que exigia a legalização da tanatopraxis, e que essa declaração tenha obtido o apoio de um grande número de médicos, nomeadamente nos Estados Unidos e na Inglaterra. A impossibilidade de cura, numa sociedade em que o progresso tecnológico é grande, faz com que a morte apareça aos olhos de todos e, desde logo, aos olhos dos médicos, como um fracasso. O reforço ou a vontade de reforço da corporativização da classe médica e a acentuação do seu carácter de poderoso *lobby*, à margem de qualquer acção tutelar, aumenta o contexto organizacional da morte nas sociedades (4). Na prática da eutanásia, entrecruzam-se movimentos diferentes: o primado da sociedade sobre o indivíduo e o sentimento de culpabilidade perante a morte incontrolável e o desejo de domínio sobre ela. O hospital, degenerando em «instituição totalitária», impõe aos doentes os mecanismos da sua própria servidão.

Admitida, finalmente, a possibilidade do homem dispor da vida a seu bel-prazer, o poder político tenderá a exercer sobre ela a sua acção, accionando mecanismos adequados. Se o Estado moderno possui o monopólio da força física legítima, facilmente estende esse monopólio à esfera da vida e da morte. Mas um Estado que tivesse monopólio sobre a vida e a morte, seria, na sua expressão mais acabada, um Estado totalitário. De facto, sobre a morte secularizada, imaginário desta vida sob dominação, se erguem os governos autoritários. Neles encontra-se a legitimação para os genocídios e para a dizimação de inteiras populações.

Da convergência destas diversas formas de poder, na unidade de uma dominação tentacular que se abate sobre toda a vida social, resulta uma crescente aceitação e legitimação da eutanásia. Os médicos, na lógica da instituição hospitalar embora não na sua

(4) Jean Ziegler, *Les Vivants et la Mort*, Paris, Seuil, 1978, pp. 118-123; Elisabeth Kubler-Ross, *La Mort. Dernière Étape de la Croissance*, Monaco, Éditions du Rocher, 1985, pp. 32-35; Erving Goffman, *Asiles*, Paris, Minuit, 1979; Louis-Vicent Thomas, *Anthropologie de la Mort*, Paris, Payot, 1976; Louis-Vicent Thomas, *Mort et Pouvoir*, Paris, Payot, 1978; Louis-Vicent Thomas, *Le Cadavre*, Paris, Complexe, 1980; P. Surraut, *L'Inégalité devant la Mort*, Paris, Economica, 1979; Philippe Ariès, *Essais sur l'Histoire de la Mort en Occident du Moyen-Âge à Nos Jours*, Paris, Seuil, 1975; Philippe Ariès, *L'Homme devant la Mort*, Paris, Seuil, 1977; Vários, *La Mort Aujourd'Hui*, Marseille, Éditions Rivages, 1982; E. Morin, *L'Homme et la Mort*, Paris, Seuil, 1979; Macfarlane Burnet, *Le Programme et L'Erreur*, Paris, Albin Michel, 1983.

atitude normal perante o doente, vão-se tornando os novos feiticeiros, mais subtis e mais científicos, da morte, a pretexto da necessidade de higienizar a todo o custo a vida. A isso se poderão prestar os tanatocratas modernos na tanatocracia hospitalar.

Mas se o homem actual procura apagar a morte do espaço em que se move e dos universos de representação que habita, não quer dizer que dela se tenha libertado. Ao tornar-se incómoda e embaraçosa, quanto mais se recalca essa ideia, de forma paradoxal, mais ela aparece obsediante. Erradicadas as suas expressões tradicionais, ela irrompe, mais forte e incontrollável, ao nível do inconsciente individual e colectivo. Segundo Jean Baudrillard, «o preço que pagamos pela «realidade» desta vida, para a viver como valor positivo, é o fantasma contínuo da morte. Para nós, vivos assim definidos, a morte é o nosso imaginário» (5). A sua crescente obsessão conduz à vontade da sua abolição. A angústia da morte é o resgate que o homem oferece pela negação das trocas simbólicas com ela. De facto, quanto menos ela é controlável simbolicamente na trama social, mais preocupante aparece para o individuo. Porque o homem moderno luta com este fantasma, proliferam as sociedades tanatológicas e uma vasta literatura sobre este tema, com enorme procura nas sociedades modernas.

A morte que aparecia simbolizada na sua relação com o grupo, uma vez tornada periférica, autonomiza-se, na verdade, como fatalidade individual. Perdida a sua dimensão colectiva, ela revela-se angustiante. Numa sociedade que celebra os valores da vida, o homem transforma-se, de repente, num ser para a morte. *Eros* e *Thanatos* invertem actualmente as suas relações de predominio. Se no passado a morte aparecia como perfeitamente reconhecida e a sexualidade proibida, hoje, ao contrário, é o *Eros* que se apresenta como legítimo e o *Thanatos* como obsceno, isto é, como algo que deve acontecer fora de cena. Assiste-se hoje em dia a uma passagem da obsessão do *Eros* à obsessão do *Thanatos*, ainda que, simultaneamente, se verifique um certo desaparecimento do culto dos mortos.

Nesta mudança civilizacional e cultural, toma corpo uma difusa predisposição para a aceitação da eutanásia. Esta tem a ver com

(5) Jean Baudrillard, *O. c.*, pp. 205-208; S. Freud, *Eros et Civilisation*, Paris, Minuit, 1963.

as transformações ocorridas nos tempos modernos, no mundo ocidental. A morte de Deus — F. Nietzsche e Dostoiewski diziam que «se Deus não existe, tudo é permitido» — conduziu, antes de mais, a humanidade a uma era de vazio metafísico, com consequências imediatas nas mais diversas turbulências que conhece a sociedade contemporânea. Numa fase seguinte, a negação do sentido da morte leva naturalmente a restringir a significação da vida e, como seu resultado directo, à destruição do próprio homem. Para os defensores da eutanásia, o ser humano aparece reificado e despido da sua imortalidade, reduzido a um objecto de cálculo racional e económico. A reificação do corpo retira ao homem o sentido da sua unidade, como ser uno ainda que compósito. Transformado em coisa-outra, objecto de experiências — de formação laboratorial e de manutenção mecânica — ele vai perdendo a sua dignidade e o estado de permanente *agonia* em que o ser humano se habituou no passado a viver. Se a morte é esvaziada do seu sentido, é porque a sociedade priva a existência humana da sua dimensão escatológica. Este é o resultado do desencanto do mundo que operou, no Ocidente, a eliminação das diferentes expressões da morte e fez da vida terrestre o valor por excelência.

Poderá, então, dizer-se que abordar o problema da morte consiste em considerar o que de mais íntimo existe nas sociedades, isto é, a forma como o homem vive e representa a vida, habita os espaços e se projecta no futuro.

Com base na análise que temos vindo a fazer, poder-se-á agora esboçar uma tipologia das diversas modalidades da prática da eutanásia.

Considerada do ponto de vista da sociedade, poderá conceber-se sob duas formas principais:

1. *A eutanásia utilitarista.* Se a vida e o homem são definidos em termos de racionalidade, a morte tenderá a ser imposta como fuga a um peso financeiro para o Estado, para certas organizações ou para a família, em virtude dos seus custos crescentes e vantagens decrescentes. A vida e morte fazem parte do mercado das equivalências e a prática da eutanásia entra na lógica da gestão de stocks. Numa sociedade da rentabilidade e do lucro, em que o drama da morte não é assumido e a sua ocorrência é ocultada, o agonizante está a mais. A sociedade tende, desde então, a rentabilizar a própria morte, fazendo-a entrar no seu próprio cálculo racional. Trata-se

aqui da eutanásia económica e social que tem sido defendida nos Estados Unidos e na Inglaterra. Na óptica da *tanapraxis*, de facto, todos os que sofrem de deficiências incuráveis, que lhes impedem de ter uma vida normal, devem ser eliminados, em obediência à lógica da racionalidade moderna.

2. *A eutanásia humanitária.* Generalizou-se, nas sociedades ocidentais, a ideia de que a vida humana deve ser medida em termos de «qualidade» e não em função da sua longevidade. O hedonismo dominante, critério dessa «qualidade», retira às instituições sociais a capacidade de definir a felicidade. O medo do sofrimento na agonia e a angústia diante do nada ou do vazio levam a recusar a morte, precipitando-a. Rejeitando-se a dor e o sofrimento, apenas se deixa uma saída, a eutanásia. Várias organizações advogam hoje o direito a uma morte sem dor, escolhida com liberdade, legitimando-se as formas modernas de eugenismo e as pulsões suicidógenas. As ideias difundidas por tais organizações encontram eco numa sensibilidade generalizada. Recordar-se que, para a grande maioria das pessoas, a morte repentina é a melhor de todas. Morrer subitamente ou não se sentir morrer constitui um ideal comumente reconhecido. Daí resulta o prestígio de que goza actualmente a morte acidental, quando se imagina privada de sofrimento e não envolve jovens. Se o objectivo fundamental é a cessação de toda a dor, a eutanásia pode aparecer como fuga ou como libertação, e não raro como expressão de liberdade. Vivemos numa sociedade em que o sofrimento perdeu todo o seu valor. É um facto que constatamos, à margem de qualquer valoração.

Com a perda da relação simbólica com a morte, numa sociedade secularizada, é sobretudo a dor que preocupa o homem. Enquanto a fuga ao sofrimento pode resultar de um estado de tranquilidade interior ou de um generalizado hedonismo, o medo da morte implica uma consciência moral inquieta, determinada por uma crença e um sentimento de culpabilidade.

Se a eutanásia é enfocada do ponto de vista do paciente, podemos distinguir igualmente dois tipos principais:

1. *A eutanásia egoísta.* Em muitas circunstâncias, a morte pode apresentar-se como recusa das responsabilidades da vida. As mesmas razões apresentadas comumente para legitimar o sui-

cídio podem ser invocadas para justificar a eutanásia. Em muitos casos, esta não será mais do que um suicídio diferido e praticado por interposta pessoa, do médico ou do enfermeiro. Aquele que a realiza é um mero executor de uma vontade expressa. Mas se o suicídio revela fortes tensões sociais, a eutanásia é indicadora de uma visão utilitarista e hedonista dominante. A morte obedece então à lógica da sociedade de consumo, sendo procurada nas melhores e mais agradáveis condições. Habitados a uma vida cómoda, os homens desejam também uma morte confortável, com a fuga à dor, à angústia, ao vazio ou à náusea. Com a eutanásia agónica, procura-se assim abreviar docemente a vida dos moribundos.

2. *A eutanásia anómica.* Numa sociedade em processo de profundas transformações, em que se perderam a hierarquia dos valores e as razões fundamentais de existir, a eutanásia pode aparecer como a única saída possível. Não se trata, no entanto, aqui de evitar o que se afigura como doloroso e intolerável, mas de uma incapacidade de viver numa sociedade que perdeu o seu rumo e em que tudo é posto em causa. Desprovido de uma bússula para o orientar na existência, o homem esconjura todos os medos, o da própria morte, matando e fazendo matar. Assim se faz desaparecer tudo o que é inquietante para a existência.

Estas formas, que acabámos de esboçar, oscilam entre dois extremos: o homicídio e o suicídio, de acordo com a responsabilidade da sua iniciativa. Por outro lado, a eutanásia pode ser realizada de maneira activa ou passiva. Neste último caso, ou se actuam os procedimentos que concorrem para apressar a morte, como a suspensão do tratamento, ou, numa acepção lata, se dá execução material à vontade do doente. Na sua significação mais estrita, poderá, no entanto, dizer-se que a eutanásia é um homicídio praticado de forma activa.

Mas não deve a sociedade atender aos dramas individuais?

A prática da eutanásia surge aos olhos de muitos como uma libertação das limitações, como uma ampliação do âmbito da liberdade, como uma humanização total da felicidade, como uma dominação da temporalidade da existência e como a consagração da individualização do homem. O desejo de liberdade conduz sempre à libertação do desejo. Mas por mais atroz que seja o sofrimento

e por mais insuportável que se apresente a angústia face ao vazio, ninguém, — nem os indivíduos, nem a sociedade, nem o Estado — tem direito sobre a morte, como não o tem sobre a vida. Além disso, a eutanásia, enquanto «morte feliz», realizava-se no passado com a esperança de uma vida futura e sem a intervenção de qualquer acção humana. Mesmo quando ocorria no contexto e de acordo com uma mentalidade hedonista dominante, aparecia sempre em sintonia com os deuses e em referência a um além da existência. Actualmente, ela é praticada com o objectivo de suprir o sofrimento, real ou imaginário. Poderá mesmo dizer-se que a eutanásia se reveste de características mais selvagens do que o próprio canibalismo, pois «esta devoração é um acto social, um acto simbólico, que visa manter um tecido de ligames com a morte ou com o inimigo que se devora» (6). Matar e comer eram outrora actos simbólicos através dos quais se asseguravam ou se reconstituíam as relações sociais. Devoram-se frequentemente os familiares para se conservar as suas virtudes e os inimigos para os privar das suas qualidades. Este canibalismo respeita os mortos e não é incompatível com a imortalidade. A eutanásia moderna pretende, ao contrário, na perspectiva ocidental da vida pela vida, eliminar o que, na temporalidade, torna simbolicamente presente a morte e as limitações da existência. Esta sociedade que tem necessidade de destruir para se modernizar, vive uma nova forma de barbárie expressa na concorrência e na negação do outro, expressões da eutanásia social, na sua acepção mais lata.

A pretexto da defesa da vida e da tolerância, as sociedades introduzem hoje a morte premeditada, criando sistemas oficiais ou semi-oficiais de extermínio mais ou menos subtis e suaves. Ela insere-se na lógica das sociedades modernas, que estendem e apertam as malhas do controlo social sobre a origem e o fim da vida — *Birth Control* e *Death Control*. A morte deixa então de ser espontânea e passa a ser programada e planificada, algo que não deve perturbar a vida e o interesse geral. A «naturalização» da morte tornou-a mero objecto da ciência e este fenómeno conduziu à legitimação da eutanásia, esvaziando-a do seu sentido tra-

(6) Jean Baudrillard, O. c., pp. 212-214.

dicional. De facto social, ela tende progressivamente a ser concebida como puro fenómeno natural físico.

Se a morte se tornou um facto sem sentido, ocorrendo frequentemente em isolamento, é porque carece igualmente de significação a própria cultura. Assiste-se hoje em dia à crise dos valores ocidentais. A perda do sentido da morte é a perda do sentido da cultura. É esta que priva a morte de valor e explica os diversos atentados à vida humana. Se esta se apresenta como acumulação e progresso, a morte surge como fracasso. Julga-se uma civilização pelo respeito que tem pela vida, considerada como valor absoluto. O que importa, nesta situação, é recriar o sentido para a existência. De pouco valerá condenar o suicídio e a eutanásia, quando deixam de estar associados à ilicitude e à culpa. Há que atacar antes as causas que os produzem. Estas encontram-se na mudança cultural do mundo moderno, sobretudo na degradação dos valores fundamentais e na perda das principais razões de existir. Uma vida a que se retire, na verdade, o sentido é uma vida a que se nega a esperança. Sem sentido não há esperança e sem esperança não há sentido. Privar a vida de esperança é criar as condições à prática da eutanásia.

António Teixeira Fernandes